EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: PANORAMA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NO GRANDE ABC PAULISTA EM 2023

FULL-TIME COMPREHENSIVE EDUCATION: EDUCATIONAL OVERVIEW OF EARLY EARLY EDUCATION AND ELEMENTARY EDUCATION IN GREATER ABC PAULISTA IN 2023

EDUCACIÓN INTEGRAL A TIEMPO COMPLETO: PANORAMA EDUCATIVO DE LA EDUCACIÓN TEMPRANA Y EDUCACIÓN PRIMARIA EN EL GRAN ABC PAULISTA EN 2023

André Luis Dolencsko[1]
Regina Dinamar do Nascimento Silva[2]
Silene Fontana[3]

RESUMO
A Educação Integral em Tempo Integral tem sido adotada como uma estratégia para ampliar o direito à educação, e reduzir as desigualdades sociais, especialmente em regiões de vulnerabilidade. No entanto, a efetividade dessa política pode variar de acordo com a gestão pública, infraestrutura escolar e envolvimento da comunidade. Diante disso, o presente estudo apresentou um panorama educacional referente à matrículas em Tempo Integral das etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no Estado de São Paulo, região do Grande ABC Paulista, com intuito de problematizar e refletir sobre os desafios de implementação da Educação Integral em Tempo Integral nesta localidade. A revisão de literatura fundamentou-se em autores como Arroyo (2012) e Moll (2010), que discutem a Educação Integral como direito e sua relação com a formação do sujeito ao longo da vida. Além disso, políticas nacionais, como o Programa Mais Educação e as diretrizes do Ministério da Educação, foram consultadas para compreender o contexto dessa implementação. Para fomentar as problematizações levantadas, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e quantitativa, com método comparativo, tendo o Censo Escolar 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como fonte para a coleta de dados. Os resultados preliminares indicam que embora exista o reconhecimento sobre a importância da Educação Integral, principalmente no que tange as questões de vulnerabilidade social, a região do Grande ABC Paulista, ainda precisa ampliar suas matrículas.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; tempo integral; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Grande ABC Paulista.

ABSTRACT
Full-Time Comprehensive Education has been adopted as a strategy to expand the right to education and reduce social inequalities, especially in vulnerable regions. However, the effectiveness of this policy may vary according to public management, school infrastructure and community involvement. In view of this, the present study presented an educational panorama regarding Full-Time enrollments in the Early Childhood Education and Elementary Education stages, in the State of São Paulo, Greater ABC Paulista, with the aim of problematizing and reflecting on the challenges of implementing Full-Time Comprehensive Education in this location. The literature review was based on authors such as Arroyo (2012) and Moll (2010), who discuss Integral Education as a right and its relationship with the subject's lifelong education. Furthermore, national policies, such as the Mais Educação Program and Ministry of Education guidelines, were consulted to understand the context of this implementation. To encourage the issues raised, the research used a qualitative and quantitative approach, with a comparative method, using the 2023 School Census, released by the Ministry of Education (MEC) and the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep), as a source for data collection.

[1] Universidade Brasil (UB), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1215-8879
[2] Universidade Brasil (UB), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5020-9089
[3] Instituto Barretos de Tecnologia (IBT), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0009-3451-0627

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

Preliminary results indicate that although there is recognition of the importance of Integral Education, especially regarding issues of social vulnerability, the Greater ABC Paulista region still needs to increase its enrollment.
KEYWORDS: Comprehensive Education; full time; Early Childhood Education; Elementary Education; Greater ABC Paulista.

RESUMEN
La Educación Integral a Tiempo Completo ha sido adoptada como una estrategia para ampliar el derecho a la educación y reducir las desigualdades sociales, especialmente en regiones vulnerables. Sin embargo, la efectividad de esta política puede variar según la gestión pública, la infraestructura escolar y la participación comunitaria. Frente a esto, el presente estudio presentó un panorama educativo sobre las matrículas de Tiempo Completo en las etapas de Educación Infantil y Educación Primaria, en el Estado de São Paulo, Gran ABC Paulista, con el objetivo de problematizar y reflexionar sobre los desafíos de la implementación de la Educación Integral de Tiempo Completo en esa localidad. La revisión de la literatura se basó en autores como Arroyo (2012) y Moll (2010), quienes discuten la Educación Integral como un derecho y su relación con la educación permanente del sujeto. Además, se consultaron políticas nacionales, como el Programa Mais Educação y las directrices del Ministerio de Educación, para comprender el contexto de esta implementación. Para incentivar las cuestiones planteadas, la investigación utilizó un enfoque cualitativo y cuantitativo, con método comparativo, utilizando como fuente para la recolección de datos el Censo Escolar de 2023, divulgado por el Ministerio de Educación (MEC) y el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (Inep). Los resultados preliminares indican que si bien existe un reconocimiento de la importancia de la Educación Integral, especialmente en temas de vulnerabilidad social, la región del Gran ABC Paulista aún necesita incrementar su matrícula.
PALABRAS CLAVE: Educación Integral; tiempo completo; Educación Infantil; Educación Primaria; Grande ABC Paulista.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Integral em Tempo Integral tem sido adotada como uma política educacional essencial para a promoção da equidade no acesso ao ensino de qualidade, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidade social.

No Brasil, é reconhecida como um direito e um instrumento para a formação de sujeitos críticos e participativos ao longo da vida (Brasil, 2014) e ganhou relevância a partir de ações governamentais como o Programa Mais Educação, que buscou expandir a jornada escolar e articular diferentes dimensões do aprendizado, indo além do currículo tradicional e incorporando atividades culturais, esportivas e formativas (Arroyo, 2012; Moll, 2024).

Estudos apontam que a ampliação da jornada escolar pode contribuir para a redução da evasão escolar, melhoria do desempenho acadêmico e fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade (Libâneo, 2021).

No entanto, a implementação dessa política enfrenta desafios significativos, como falta de infraestrutura adequada, carência de formação docente específica e dificuldades na integração entre escola e comunidade (Cavaliere, 2002). Além disso, sua efetividade pode variar conforme a realidade local e estratégias adotadas por cada município, evidenciando

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

uma lacuna na literatura sobre as condições concretas para o sucesso das ações propostas pelos gestores educacionais e demais atores envolvidos nessa caminhada.

Considerada como importante região para o desenvolvimento do país, principalmente por seus avanços socioeconômicos reconhecidos nacionalmente e até mesmo internacionalmente (Silva, 2013), o Grande ABC Paulista desperta interesse para pesquisas em diferentes áreas e não poderia ser diferente ao pensarmos na educação.

No aspecto prático, a ausência de uma abordagem comparativa entre diferentes municípios dificulta a identificação de padrões e desafios comuns, além de limitar a formulação de recomendações baseadas em evidências, por esse motivo, justifica-se a escolha em focar nesta região e nos dados de seus sete municípios no que tange às matrículas educacionais.

Diante do exposto, este estudo busca: a) preencher tal lacuna ao apresentar dados comparativos sobre o total das matrículas na região do Grande ABC Paulista; b) expor sua capacidade de problematizar e levantar reflexões com base nos dados apresentados, provocando gestores públicos, educadores e demais pesquisadores interessados na ampliação e aprimoramento da Educação Integral em Tempo Integral no Brasil; c) dialogar com políticas nacionais, oferecendo reflexões sobre a importância de investimentos contínuos e uma gestão integrada entre escola, comunidade e governo;

Como método, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com apresentação comparativa dos dados coletados em dois quadros, referentes aos totais de matrículas educacionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental dos sete municípios que formam o Grande ABC Paulista, tendo como base o Censo Escolar, 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);

Estruturalmente, este estudo foi organizado em quatro subseções, sendo a primeira uma revisão literária sobre a Educação Integral em Tempo Integral, articulada com provocações de teóricos importantes para discutir a educação como Moll (2012) e Arroyo (2012); a segunda, um breve contexto histórico-geográfico do Grande ABC Paulista, com base em sites oficiais das prefeituras dos municípios dessa região e nas contribuições de Silva (2013); na terceira a apresentação do levantamento de dados com base no que foi coletado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e, a quarta subseção finaliza problematizando o exposto anteriormente, no intuito de provocar gestores educacionais e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

demais pesquisadores interessados nessa temática, a buscarem ações que venham positivamente modificar o cenário apresentado.

A Educação Integral em Tempo Integral

Atualmente, em todo Brasil a Educação Integral é garantida pela Lei nº 14.640/23, sancionada em 31 de julho de 2023, que institui a Escola em Tempo Integral e prevê a destinação de recursos orçamentários do governo federal, mas o início desse contexto histórico, não se baseia apenas nesse marco, ele se inspira em ações, reflexões e provocações de pensadores e grandes educadores como Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Maria Nilde Mascellane, que até hoje nos provocam a refletir, quando almejamos a qualidade educacional em nosso país.

> A oferta da Educação Integral vem sendo discutida desde o século passado, entretanto ainda está longe de alcançar todas as modalidades e etapas da educação básica em sua totalidade. No âmbito da educação pública brasileira, essa trajetória é marcada pelas descontinuidades, que dialogam com o contexto político e histórico atravessado por golpes e rupturas institucionais (Moll; Silva; Agliardi, 2024, p. 40).

Politicamente, a Educação Integral está presente em diferentes documentos nacionais, o que reforça sua importância e confirma sua validação desde o século anterior como apontado acima pelas autoras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei Nº 9.394/96), principal norma reguladora da educação no país, define as diretrizes e bases da educação nacional e estabelece a necessidade de ampliar a jornada escolar para possibilitar a oferta de educação em tempo integral. Estudos indicam que a ampliação da jornada escolar, aliada à integração aos espaços educativos como bibliotecas, centros culturais e esportivos, contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos e fortalece os laços entre escola e comunidade (Moll, 2012).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/90, artigo 53, inciso IV, fica garantido o atendimento em período integral para crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal Nº 13.005/2014, inclui em sua Meta 1, a ampliação da oferta de Educação Infantil em creches, com a meta de atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. E na Meta 6, estabelece que os

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

municípios devem garantir educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo ao menos 25% dos alunos da educação básica.

A criação de programas de incentivo à formação docente, a expansão da infraestrutura e o fortalecimento das parcerias entre escolas e setores sociais podem contribuir significativamente para a superação das disparidades observadas em diferentes contextos. Além disso, investimentos sustentáveis e políticas de acompanhamento contínuo são essenciais para garantir a permanência dos estudantes e a eficácia da Educação Integral.

> O Programa Mais Educação foi instituído por uma portaria interministerial em 2007, assinada pelos Ministérios da Educação, da Cultura, dos Esportes e do Desenvolvimento Social e Combate à fome e foi ratificado pelo Decreto Presidencial nº 7.083/2010. Pode ser caracterizada como uma das políticas mais abrangentes de implementação da educação integral no Brasil e que induziu os estados e municípios à experiência de construção/retomada de uma escola de educação integral com ampliação da jornada escolar. (Moll; Silva;Agliardi, 2024, p. 44)

Investir na ampliação e qualificação dessa política educacional é crucial para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, é essencial que diferentes atores – governo, sociedade civil e comunidade escolar – atuem em conjunto para garantir condições adequadas ao sucesso dessa iniciativa.

Estudos comparativos mostram que municípios que investem mais em infraestrutura e formação docente apresenta melhor resultado na implementação da Educação Integral (Souza; Pereira, 2020). Análises internacionais também indicam que países como Finlândia e Portugal, que adotaram um modelo de ensino integral, apresentam maior equidade no aprendizado e melhores índices de desenvolvimento social (Torres, 2019).

Além disso, a relação entre Educação Integral e desenvolvimento comunitário também é amplamente estudada. Uma pesquisa realizada por Oliveira e Magrone (2021) expõe que escolas que adotam metodologias participativas e promovem a integração com setores sociais apresentam maior engajamento dos alunos e redução da evasão escolar. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas que incentivem o envolvimento comunitário e ampliem os espaços de aprendizagem além dos muros da escola.

A interação entre escola e comunidade é um dos pilares centrais desse modelo educacional. Escolas que promovem parcerias com organizações comunitárias, instituições culturais e serviços públicos demonstram uma maior capacidade de engajamento dos estudantes e melhoria nos indicadores de aprendizagem (Moll, 2012). Além disso, a presença ativa das famílias no cotidiano escolar fortalece o compromisso com a educação e amplia a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

rede de suporte aos alunos. De acordo com Freire (1996), a escola deve ser um espaço de diálogo com a realidade social dos estudantes, promovendo uma educação emancipadora e reflexiva.

No que se refere à aprendizagem, a Educação Integral contribui para a redução das desigualdades educacionais, ampliando o acesso à atividades que extrapolam o currículo tradicional, como oficinas de arte, cultura, esportes e formação cidadã. Representa uma estratégia fundamental para o desenvolvimento social e o fortalecimento da relação entre escola e comunidade, com um modelo que busca proporcionar uma formação mais ampla, conectando diferentes dimensões do aprendizado e oferecendo experiências educativas diversificadas. A abordagem interdisciplinar e participativa da Educação Integral é essencial para a formação de cidadãos autônomos e preparados para os desafios sociais e econômicos contemporâneos.

Segundo Gadotti (2009), a Educação Integral deve ser compreendida como um direito humano essencial, permitindo um processo educativo mais amplo e significativo e não apenas como mera ampliação da carga horária escolar. Dessa forma, a Educação Integral visa não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade (Brasil, 1996).

De acordo com Arroyo (2012), políticas educacionais eficazes devem priorizar a valorização dos docentes e a construção de um currículo contextualizado. Cavaliere (2002) destaca que a ampliação da infraestrutura e o fortalecimento das relações entre escola e comunidade são fundamentais para consolidar um modelo educacional equitativo.

Porém, apesar de proporcionar muitos aspectos que visam melhor qualidade na educação do país, sua implementação enfrenta desafios, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a insuficiência de infraestrutura adequada, a carência de formação específica para docentes e a necessidade de financiamento sustentável se tornam obstáculos e comprometem a efetividade dessa política, como veremos a frente diante dos dados levantados.

O Grande ABC Paulista e seus municípios

O Grande ABC Paulista, está localizado na região sul da grande São Paulo, constituído por sete municípios, sendo eles: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, sendo Diadema o último município a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

compor essa região, e se destaca por seu histórico de lutas políticas e socioeconômicas, além de indicadores elevados como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida que avalia o bem-estar de uma população, considerando fatores como renda, educação e saúde. Sobre este último, o Grande ABC Paulista é superior à média estadual e nacional, tendo o município de São Caetano do Sul, o maior IDH do Brasil

FIGURA 1 – Mapa do Grande ABC Paulista



Fonte: Prefeitura de Santo André (2025).

A sigla ABC remete aos nomes dos santos católicos que batizaram as principais cidades da região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, é muito usado para descrever essa área, especialmente em contextos industriais, econômicos e culturais, dado seu papel significativo na história e desenvolvimento da indústria no Brasil, mas, com a inclusão do Município de Diadema, parte da população, também conheça essa região por Grande ABCD.

Historicamente o Grande ABC Paulista é marcado pela colonização portuguesa no século XVI, uma região ocupada por indígenas e vastas áreas da Mata Atlântica. No entanto, com a chegada dos colonizadores, começa a sofrer os primeiros impactos das mudanças vindouras. Mais tarde, durante o período imperial, a principal atividade econômica foi a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

agrícola, com destaque para a produção de café, e o transporte ferroviário, que começou a se expandir no século XIX, o que ajudou a consolidar a região como importante rota comercial entre São Paulo e o interior do estado.

Outro fato que marca sua história se refere ao movimento dos operários do ABC, um dos muitos movimentos sociais que eclodem durante a Ditadura Militar-burguesa no Brasil, por sua luta do movimento operário em prol da democratização do país (Silva, 2013, p. 175). Além disso, a região é conhecida nacionalmente e internacionalmente por ser o primeiro centro da indústria automobilística do Brasil.

Com um modelo de governança regional e metropolitana articulado e cooperativo entre seus municípios, o Grande ABC Paulista, apresenta um Plano Estratégico Regional (PER) entrelaçado, direcionando ações governamentais que beneficiem toda a região.

Diante de tantas transformações sociais, econômicas e políticas que inferem grande impacto no desenvolvimento do estado e do país, é que surgiu o interesse em apresentar esse estudo voltado para o campo educacional, especificamente sobre o índice de matrículas destinadas a Educação em Tempo Integral.

Comparativos das matrículas educacionais no Grande ABC Paulista

No dia 22 de fevereiro de 2023, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponibilizaram em sua plataforma digital, os resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2023.

"O ministro da Educação, Camilo Santana; o presidente do Inep, Manuel Palacios; e o diretor de Estatísticas Educacionais da Autarquia, Carlos Eduardo Moreno, apresentaram os principais dados durante a coletiva de imprensa, na sede do MEC, em Brasília (DF)" (Brasil, 2023, s/p).

Ainda, segundo o que foi divulgado, registrou-se o número de 47,3 estudantes levando em conta todas as etapas da Educação, distribuída em 178,5 mil escolas. Sobre a Educação Infantil o "censo revela que o Brasil está a cerca de 900 mil matrículas de atingir a meta de crianças na creche" (Inep, 2023, s/p.)

Tendo o exposto, de acordo com essa base referencial, e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022, 2023), dois quadros foram organizados com o levantamento realizado, referente as matrículas educacionais dos sete municípios do Grande ABC Paulista, Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

e Anos Finais). Antes, porém, para melhor leitura do que se expõe, se faz necessário ressaltar que ao primeiro momento é lançado um olhar preliminar sobre o que salta aos olhos e esclarecer as abreviações adotadas para a organização desses quadros, levando em conta melhor visualização dos dados para estabelecer a comparação proposta por este estudo.

Quadro 1 - ÁREA Te. – Área Territorial; RES. – Residente; Tt. M. – Total de Matrículas; C – Creche; P-E – Pré – Escola; A.I. – Anos Iniciais; A.F. – Anos Finais; e

Quadro 2 - ÁREA T. – Área Territorial; RES. – Residente; Tt. M. – Total de Matrículas; T. I. – Tempo Integral; C – Creche; P-E – Pré – Escola; A.I. – Anos Iniciais; A.F. – Anos Finais;

QUADRO 1: Panorama Geográfico e Educacional do Grande ABC – São Paulo referente a matrículas de 2023

MUNICÍPIO	ÁREA Te. Km² (IBGE 2023)	RES. (IBGE 2022)	Tt. M. C. P-E A.I A. F.	Tt. M. C.	Tt. M. P-E	Tt. M. A. I.	Tt. M. A. F.
Santo André.	175.785	748.919	113.123	17.125	15.860	44.050	36.088
São Bernardo do Campo	409.532	810.729	135.139	19.840	19.822	53.420	42.057
São Caetano do Sul	15.331	165.665	28.364	4.001	3.861	10.277	10.225
Diadema	30.732	393.237	67.719	9.009	9.241	27.238	22.231
Mauá	61.937	418.261	66.258	8.561	9.874	26.280	21.543
Ribeirão Pires	98.972	115.559	17.950	2.406	2.346	7.324	5.874
Rio Grande da Serra	36.341	44.170	6.581	961	1.035	2.477	2.108

Fonte: IBGE; e, MEC/Inep - Censo Escolar 2023.

No levantamento acima, é possível identificar facilmente que entre os três municípios mais populosos, estão Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá. Inicialmente, salta aos olhos a diferença das áreas territoriais desses municípios ao comparamos com os dados com o número de residentes.

Com relação ao total de matrículas, nota-se uma aproximação numérica entre os municípios de Diadema e Mauá, o que também pode ser verificado com relação ao número de seus residentes.

Mudando o foco para a Educação Infantil (Creche-C; Pré-Escola-P-E) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais-A.I; Anos Finais-A.F.), é possível identificar maior concentração na etapa do Ensino Fundamental, destacando os maiores números para os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

O município de Rio Grande da Serra também se destaca, pois, apesar de não apresentar a menor área territorial, os demais números que a ele se destina, são todos menores que os números dos outros seis municípios.

Partindo para o quadro 2, temos a relação de matrículas relativas ao Tempo Integral, além dos dados sobre a área territorial e residentes.

QUADRO 2: Panorama Geográfico e Educacional do Grande ABC Paulista referente a matrículas em tempo integral de 2023

MUNICÍPIO	ÁREA Te. Km² (IBGE 2023)	RES. (IBGE 2022)	Tt. M. C. P-E A.I A. F.	Tt. M. EM T. I. C. P-E A. I. A. F.	Tt. M EM T. I. C.	Tt. M EM T. I. P-E	Tt. M EM T. I. A. I.	Tt. M EM T. I. A. F.
Santo André	175.785	748.919	113.123	22.007	8.623	961	5.688	6.735
São Bernardo do Campo	409.532	810.729	135.139	43.120	13.759	5.142	9.454	14.765
São Caetano do Sul	15.331	165.665	28.364	11.535	3.254	2.664	4.334	1.283
Diadema	30.732	393.237	67.719	19.878	8.436	181	6.903	4.358
Mauá	61.937	418.261	66.258	9.995	6.401	-	1.325	2.269
Ribeirão Pires	98.972	115.559	17.950	4.262	2.097	38	691	1.436
Rio Grande da Serra	36.341	44.170	6.581	625	565	20	7	33

Fonte: IBGE; e, MEC/Inep - Censo Escolar 2023.

Diante das colunas referentes aos de totais de matrículas e totais de matrículas em tempo integral das etapas de educação apresentadas neste segundo quadro, nota-se que o número de matrículas de tempo integral ainda é pequeno, em todos os Municípios.

Destaca-se que a Educação Infantil, especificamente as Creches, tem a maior concentração das matrículas em tempo integral em todos os municípios.

O município de São Bernardo do Campo, dispõe do maior número das matrículas em todas as etapas da educação, quando se compara com os demais municípios.

Outro dado facilmente observado se direciona à ausência de matrículas em Tempo Integral na Pré-Escola dentro do Município de Mauá.

E, não diferente do primeiro quadro, o Município de Rio Grande da Serra, dispõe dos menores números neste estudo, exceto no que se refere as matrículas da Pré-Escola, já que não consta no Censo Escolar 2023, dados dessa etapa da educação.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

Problematizações sobre o exposto

Muito se discute e reflete sobre educação no Brasil e seus enfrentamentos, pois problemas como desigualdade, falta de investimento, baixa qualidade do ensino e infraestrutura precária persistem e se espalham por seus Estados, Cidades e Municípios, mesmo que a Constituição Federal de 1988, art. 205, estabeleça que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]" (Brasil, 1988).

De acordo com Arroyo (2012, p. 42), mesmo diante de diferentes programas propostos pelos gestores políticos, nossa educação não avança enquanto não houver um entendimento baseado na compreensão das dimensões esquecidas vida-corpo-espaço-tempo, o que para o autor deveria ser central em formações gestores escolares, licenciaturas, e da pedagogia, de políticas e de currículos.

A centralidade dessa compreensão vai ao encontro da educação em tempo integral, quando defendemos que esse tempo, não pode ser mais do mesmo, e que os espaços institucionais das escolas, por si só não contemplam a necessidade integral na educação e formação de uma pessoa, sem se articular com seu contexto territorial.

Outro ponto que esbarra nos avanços da educação e por consequência, também na educação integral em tempo integral, se refere à infraestrutura ultrapassada e a falta de novos investimentos para atender a população que não é mais a mesma de outros séculos e que precisa dialogar com o progresso avançado das tecnologias que desafiam professores e gestores nos espaços educacionais.

Tendo em vista que a região do Grande ABC Paulista se destaca por diferentes movimentos que apresentam preocupações com democratização, governanças políticas, índices de desenvolvimento humano, de forma mais cooperativa, pensando nas cidades como Cidades Educadoras, o que se questiona é: municípios que possuem gestão mais estruturada e investimentos contínuos apresentam maior sucesso na implementação da Educação Integral? Se sim, onde o avanço da Educação Integral em Tempo Integral esbarra, já que não houve tantos avanços como desejado nacionalmente, principalmente no que tange a outras etapas educacionais.

De acordo com Moll (2012), para que o investimento na Educação Integral em Tempo Integral, seja efetivo, é necessário que as demais etapas garantam essa continuidade para que todo o trabalho desenvolvido nas etapas de Educação Infantil, que são as de maior

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

concentração desta demanda, não seja desperdiçado, causando retrocessos ao invés de avanços.

Quais ações são realizadas cooperativamente pela região do Grande ABC Paulista para que essas dificuldades sejam ultrapassadas? Já que existe um PRE com ações mais entrelaçadas entre os municípios.

Qual a leitura e o entendimento dos gestores políticos sobre a Educação Integral em Tempo Integral? Já que as mudanças de governo, implica em congelar ações, descartar e ou modificar o que já estava em andamento?

Qual aprofundamento e conhecimento territorial dos espaços externos aos muros escolares, como espaços educativos? Já que existe um movimento significativo de Cidades Educadoras nessa região?

Como seus residentes e famílias entendem e assumem suas responsabilidades com a educação? E como as escolas articulam essa interação? Já que se faz necessário que todos assumam a responsabilidade como agentes educadores?

Como pensar todos como agentes educadores, sem discutir sobre a formação de professores, e seu aperfeiçoamento profissional? Já que o que se almeja, não é retirar a importância da existência dos professores para a formação, repassando essa responsabilidade para a sociedade, e sim, fortalecer sua existência, compreendendo que existem diferentes contextos educacionais, e todos eles são de igual importância, quando se reflete em um educação integral.

E por fim, como pensar na ampliação das redes públicas educacionais de qualidade, se a rede privada continua crescendo? Já que é necessário diminuir as diferenças sociais que tanto preocupa diferentes movimentos sociais, famílias e gestores educacionais, e governantes?

Dentro deste assunto os dados apresentados pelo Inep (2023), não podem ser ignorados dentro deste fechamento, já que se insere na preocupação de inúmeras famílias, gestores escolares, professores, governantes e movimentos sociais:

> Em 2023, a rede privada manteve a tendência de crescimento (3,6%) verificada em 2022, quando a participação alcançou 29,9%, após o recuo observado no período da pandemia (2019 a 2021). Na rede pública, o aumento foi de 5,3%, no ano último ano. A diferença entre 2023 e 2019, nas creches públicas, é de mais de 296 mil matrículas (12,1%). (Brasil; Inep, 2023, s/p.)

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

São dados como estes que movimentam a ampliação de estudos e pesquisas que possam aprofundar, não somente para responder os questionamentos expostos, mas principalmente, encontrar saídas ou mesmo frestas para ações eficazes que culminam na qualidade da educação no Brasil e não fiquem apenas congeladas e esquecidas em documentos precisando de lutas sociais para que possam ser validados.

O futuro da educação não é um processo que se inicia a longo prazo, mas depende das construções e reflexões que propomos, e fazemos agora no presente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023** – resumo técnico – versão preliminar. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar –** MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.	
Recebido em: 10/02/2025	Aceito em: 22/04/2025

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 1º ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Mais Educação: caderno orientador**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 167-186.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral no Brasil: inovações em processo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 32, n. 116, p. 109-148, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral:** a escola que queremos. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Heccus, 2021.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil:** direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. Brasília: MEC, 2012.

MOLL, Jaqueline; SILVA, Edna Alves Pereira da; AGLIARDI, Ilda Renata da Silva. Educação integral como direito: uma caminhada histórica desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932 até a lei 14.640 de 2023.**Revista de Ciências Humanas**, v. 25, n. 3, p. 38–52, 2024. DOI: 10.31512/19819250.2024.25.03.38-52.

OLIVEIRA, José Adelmo Menezes de; MAGRONE, Eduardo. Evasão escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 11-32, jul./dez. 2021.

PREFEITURA DE DIADEMA. História. Disponível em: https://portal.diadema.sp.gov.br/historia-2019/. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE MAUÁ. Notas históricas. Disponível em: https://www.maua.sp.gov.br/PerfilMunicipal/NotasHistoricas.aspx. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES. Origens. Disponível em: https://ribeiraopires.sp.gov.br/historia/. Acesso em: 5 fev. 2025.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA. Sobre. Disponível em: http://www.riograndedaserra.sp.gov.br/sobre-municipio/. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. História de Santo André. Disponível em: https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-de-santo-andre/. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Nossa região. Disponível em: https://www3.santoandre.sp.gov.br/portaldoempreendedor/index.php/nossa-regiao/. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. História da cidade. Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br/historia-da-cidade. Acesso em: 5 fev. 2025.

PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL. História de São Caetano do Sul. Disponível em: https://www.saocaetanodigital.com.br/projetos/voce-sabia/historia-da-cidade/. Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, Edson Coutinho. Grande ABC paulista: é possível pensar em coesão regional? **RDE - Revista De Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, n. 28, p. 173-187, dez. 2013.

SOUZA, Marta; PEREIRA, João. Impacto da formação docente na implementação da educação integral. **Educação & Sociedade**, v. 41, n. 152, p. 234-256, 2020.

TORRES, Carlos. Modelos internacionais de educação integral: um estudo comparado. **Educação Global**, v. 10, n. 2, p. 189-215, 2019.

SOBRE OS AUTORES

André Luis Dolencsko
Doutor e Mestre em Educação pela UNICAMP. Especialista em Processos Didáticos para EaD; Gestão Escolar e Tecnologias Educacionais. Licenciado em Pedagogia. Tem experiência na Direção Escolar, na Coordenação de cursos de Licenciatura, Assessorias e projetos educacionais na educação básica e no ensino superior. É pesquisador do GEPALE/UNICAMP e membro da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). Exerce a função de Coordenador Geral de cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu. Também é Vice Coordenador Estadual da Escola em Tempo Integral do MEC em São Paulo. Dedica-se a temas como políticas educacionais, avaliação de sistemas de ensino, saúde mental, formação e carreira docente e tecnologias educacionais.
E-mail: andre.educ@gmail.com

Regina Dinamar do Nascimento Silva
Mestra em Artes, com foco em Arte-Educação pela UNESP, e licenciada em Educação Artística pela FAAM. Especialista em Dança e Consciência Corporal (UNIFMU) e em Psicopedagogia (UAM). Atua como docente na Universidade Brasil desde 2013 em cursos presenciais e EaD. Ministrou aulas nos cursos de Artes Visuais, Pedagogia, Educação Física e Letras. É integrante do Grupo de Pesquisa Dança: Estética e Educação (GPDEE/CNPq) desde 2016. Pesquisa temas como arte, dança, corpo, educação e formação docente. Tem

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025

experiência em práticas metodológicas voltadas à aprendizagem e ensino das artes. Sua atuação abrange tanto a docência quanto a pesquisa na área de Arte-Educação.
E-mail: regina.silva@ub.edu.br

Silene Fontana
Doutora em Educação e Currículo pela PUC-SP e Mestre em Educação pela UNESP. Graduada em Pedagogia, História e Geografia, cursa Psicologia e Gestão de Recursos Humanos. Atuou como Supervisora de Ensino em Barretos e docente na Educação Básica e no Ensino Superior. Possui experiência em coordenação de cursos de graduação, pós-graduação e programas da CAPES. Foi Pró-Reitora Acadêmica da UNIFIPA e coordenou ações institucionais e avaliações do MEC. Atuou com produção de materiais didáticos para cursos presenciais e a distância. Coordena formação continuada no Programa Escola em Tempo Integral na Região Sudeste. Tem expertise em currículo, avaliação, políticas públicas, legislação educacional e educação integral.
E-mail: sifontana@terra.com.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 50-65, maio/ago. 2025.
Recebido em: 10/02/2025 | Aceito em: 22/04/2025